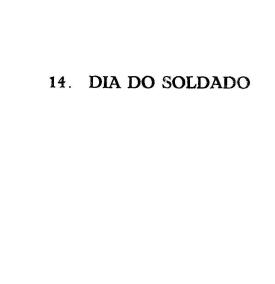


Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





RIO DE JANEIRO, 25 DE AGOSTO DE 1964

NO AUDITÓRIO DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, DURANTE AS CERIMÓNIAS COME-MORATIVAS DO «DIA DO SOLDADO».

Achar-me, no Dia do Soldado, na qualidade de Comandante Supremo das Fôrças Armadas, com os Chefes do Exército, é, para mim, privilégio e, sem dúvida, oportunidade de recíproco e sempre necessário entendimento.

Assinalo, também, a honra que me cabe de falar-vos no Estado-Maior do Exército, o escalão mais característico e representativo da vida das Fôrças Terrestres.

As comemorações de Caxias se concentram no culto das virtudes militares, menos numa reverência contemplativa ao modêlo que o Patrono deu aos pósteros, que nas lições que legou.

Para esta reunião o que mais sobreleva não é, pròpriamente, a recordação da bravura do môço e do sexagenário nos campos de batalha, ou de uma fôlha de gloriosos serviços militares na paz e na guerra, nem, muito menos, de seu devotamento, como homem público, à administração do País. É, sim, o Chefe, na grandeza das concepções, objetividade e energia de ação, no caráter de uma personalidade de atitudes, sempre tão coerentes e consentâneas, que superiores e subordinados, de antemão, já as vislumbravam. Pois Caxias foi, antes de tudo, um Chefe. O escalão superior confiava em sua subordinação e iniciativa, na adesão do espírito às ordens, enquanto os comandados a êle se ligavam pela obediência consciente e pela confiança numa autêntica chefia. Promovia e acreditava nos resultados da instrução e do enquadramento de seus oficiais e soldados. Tinha gôsto pela arte militar como homem de pensamento e de ação, praticando uma tática

adequada a cada lugar e situação, e adotando seguros lances estratégicos, os mais famosos da América do Sul. O princípio da ofensiva e o da disciplina intelectual constituíam, então, a base de suas ações. Numa época em que o caudilho desfigurava o Exército e tinha comparsas entre políticos, avultavam, em sua contextura militar, todos os predicados de um Chefe fiel à conduta e à organização regular dos meios armados nacionais. A vocação de soldado fazia que, ao exercer mandato político, não fôssem as classes armadas comprometidas nas lutas partidárias; do mesmo modo que, no desempenho de função militar, não permitia as questões militares nascidas de recíproco apoio entre militares políticos e políticos de ambições militarizadas. As suas lições, sempre válidas, mostram a identificação permanente às instituições, à unidade e à soberania do Brasil. Um profissional de autoridade e responsabilidade. Um político cioso do Poder Político Nacional.

Associo-me, assim, às homenagens ao Duque de Caxias. Trago, ao mesmo tempo, a visão que tenho de suas lições na atualidade.

A Revolução Brasileira incluiu necessàriamente o fortalecimento da profissão militar, básica nas Fôrças Armadas. A renovação de sua estrutura é hoje, indeclinàvelmente, tarefa de Chefes, para modernizar, sobretudo, a organização dos meios, os métodos de administração e os processos de seleção de chefia. Coesão e eficiência são, por outro lado, decorrência direta de instrução sempre modernizada. É indicado, vez por outra, que jovens oficiais se sentem frustrados com alguns acontecimentos políticos da Revolução. É admissível, possívelmente. Mas também é compreensível que a frustração de muitos tenha outra origem, a de condições profissionais não atualizadas. Só o dinamismo na tropa, nos Estados-Maiores e nos Comandos domina o espírito militar da oficialidade e é básico para a Revolução empreender as mudanças já admitidas pelos Altos Comandos.

O mesmo acontece em outros setores da Nação. Aqui, neste recinto, em outubro de 1963, quando, como Chefe do Estado-Maior do Exército, encerrei o estágio de Guerra Revolucionária, eu tratei da estratégia, da tática e da instrução para combater o

seu desenvolvimento. E disse que, para evitá-la, e eliminar as causas das fases preliminares, competia à democracia brasileira robustecer as instituições republicanas e promover reformas de ordem política, econômica e social. Hoje só tenho motivos para insistir e tentar a execução de um programa reformista.

Nem podia deixar de ser assim. A Revolução não veio sòmente para punir e obsedar-se na procura do equilíbrio orçamentário. O Brasil pretende que a Revolução o leve mais longe.

Ésse é o aspecto construtivo da Revolução. Há outros, também dominantes, como seja o restabelecimento da dignidade do Poder Político Nacional e de sua supremacia sôbre os podêres que o integram.

O Ato Institucional é obra essencialmente revolucionária para repor a Nação na ordem jurídica, restabelecer a ordem pública e a ética na administração do País. O Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal acataram-no e incorporaram suas atividades à nova situação brasileira. Fora daí, é contra-revolução.

A Revolução não é um estado de espírito desajustado ao funcionamento dos Podêres, nem, muito menos, uma ocupação militar do Poder Político Nacional.

É necessário distinguir os que fazem oposição ao Govêrno e os que querem destruir a Revolução. Estes podem marchar até para a ilegalidade e aquêles praticam, juntamente com o Poder Executivo, a democracia.

Há mesmo críticas tendenciosas e sem fundamento na opinião pública de que o Poder Militar se desmanda em incursões militaristas. Mas quem as faz são os que sempre se amoitaram em meios militares. Felizmente nunca rondaram os portões das organizações do Exército que chefiei. Mas eu os identifico a todos. E são, muitos dêles, os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias do Poder Militar.

A Revolução não se detém e normalizará a vida brasileira. Fará todos os esforços para conseguir a estabilidade das institui-

ções e das finanças nacionais. A economia do Brasil se levantará, inclusive na base da justiça social. Novas leis permitirão a evolução em todos os setores nacionais.

A política de um país é pensamento e ação. Age por meio de decisões, que são apreciadas pelos podêres competentes e para as quais o apoio da opinião pública é sempre de disputar. Cabe ao Govêrno a gestão da atual política do Brasil. E ela se desdobrará no tempo e espaço brasileiros, por ser a vitoriosa representação da Revolução.

Aquela apreciação e aquêle apoio podem cair no vazio se a garantia das Fôrças Armadas não fôr legalmente estabelecida. E isso reside, antes de tudo, no dever militar dos Chefes militares.

Por sua vez, não pode o dever militar amesquinhar-se na defesa de um Govêrno inoperante ou prepotente, entregue a injunções sem moral política ou à corrupção, dividido pela subversão ou desnacionalizado.

O Govêrno passado ofendeu gravemente o dever militar das Fôrças Armadas, e estas, junto com o povo e o Congresso Nacional, fizeram a Revolução para o bem do Brasil.

O Govêrno que me cabe chefiar será sempre fiel à Revolução e jamais desonrará o dever militar.

Era o que eu tinha a dizer-vos. As minhas palavras tiveram o influxo das lições de Caxias. Vim delas participar convosco e juntar minha solidariedade à veneração que hoje tributais ao vosso imperecível Patrono.